

O insulto e o tempo hodierno



JARBAS PASSARINHO

Foi ministro de Estado, governador e senador

O resultado das eleições de 2002 trouxe para o Senado novos parlamentares imbuídos da idéia de que estavam constituindo um corpo legislativo da mais alta Casa do parlamento que resgatava a integridade moral do Senado e lhe devolvia a independência constitucional. Referindo-se ao Senado do passado próximo, disse-o “sepulcro caído” a nobre senadora Heloísa Helena, convertida ao socialismo pela “leitura da Bíblia”. A conceito semelhante também se referiu o não menos nobre senador Jefferson Peres, que consta ter sido inicialmente eleito senador, no Amazonas, como quadro do Partido Comunista. O ministro Paulo Brossard, uma das vozes mais respeitadas e aplaudidas nas verrinas que pronunciava contra o fim do ciclo militar, não se conteve. Defendeu o Senado a que pertenceu, escrevendo um belo artigo sob título “Nós tínhamos princípios”. Já então líder da oposição ao governo João Figueiredo, suas orações vigorosas, mas não impolidas e chulas, comandavam o PMDB que, não raro, derrotava projetos do governo.

O parlamento, mesmo sob o AI-5, não sendo, segundo a classificação clássica da sociologia política, mera Câmara de chancela — como nos regimes totalitários — fora reativo, embora não ativo. A prova está na reação quando a minoria negou aprovação à proposta de emenda constitucional, apresentada pelo presidente Geisel, para mudar a lei da magistratura. É fato que o presidente, dados os poderes arbitrários de que dispunha, pôs o Congresso em recesso, editou a lei como desejava, e foi mais longe: reformou capítulos inteiros da Constituição. Pôde fazer o máximo, não, porém, o mínimo, pois o PMDB, que já detinha mais de um terço dos congressistas, galvanizado pela palavra do grande tribuno gaúcho, impediu a aprovação da lei da magistratura. Éramos, pois, um parlamento reativo até que o autoritarismo deu lugar à democracia, graças à Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, relatada pelo senador José Sarney, indicado pelo próprio presidente Geisel. Todas as medidas de exceção foram revogadas, a começar pelo AI-5, e restauradas as liberdades políticas e civis. Uma prova substancial está na proposta de emenda constitucional para a

eleição direta de presidente da República, de autoria do deputado Dante de Oliveira, que gerou poderosa manifestação popular das Diretas já. Posta a votos, foi derrotada por muito pouco. Creio que por 16 votos e causou a retirada de proposta semelhante encaminhada pelo presidente Figueiredo ao Congresso em 1984.

O Congresso já não era feito de “sepulturas caídas” ou “vassalo do Executivo”. Totalmente ativo, tem hoje, infelizmente, a atividade comprometedor da integridade moral e da independência, embora harmônica, com os dois outros poderes da União. Ora se vende, em parcela numericamente significativa, para receber mensalidades em troca de aprovação dos projetos do Executivo, ora emenda o orçamento da União sordidamente em conúbio com firma privada que, em compensação da venda superfaturada das ambulâncias, lhes dá propinas maculadoras da decência e do decoro, sob a aparência generosa de preocupação com a saúde do povo, em aliança com prefeitos municipais desprovidos até de ambulâncias para mandar enfermos

para longínquos hospitais.

Em ambos os casos, é a democracia representativa que se fragiliza. Nela, o votante se despe de sua soberania e a transfere a um representante, deputado ou senador, na esperança de que escolheu o melhor para representar seu pensamento, suas convicções políticas, sua moral. Mas não percebe que a política e a moral não têm o mesmo fim. A moral implica o cumprimento de um código de conduta; a política é a busca do poder. O ideal seria que todo político fosse um homem de bem. Muitos são irrepreensíveis, mas não todos. Por isso o eleitor pode equivocar-se e mandar para o Congresso aquele que se conduz conforme o Breviário do cardeal Mazarin, em que a regra é a dissimulação, o oportunismo ou o uso da força. Mas de um político se espera, ao menos, que se devote ao bem do povo, devotando-se ao bem do Estado, e seja ético. O que a sucessão dos escândalos, desde o mensalão aos sanguessugas, tem mostrado, à senadora por Alagoas e ao senador pelo Amazonas, irrepreensíveis ambos, que o

insulto que nos fizeram, a nós parlamentares de três ou quatro legislaturas anteriores, cabe não a nós mas aos seus pares, ainda que poucos no Senado, mas em meio a quase uma centena de deputados ímprobos, acusados por empresários que os depravam.

Como sempre, os acusados negam o crime. No entanto, as provas dos donos da Planan vão além do testemunho. São provas materiais, a coincidência das datas das emendas ao orçamento e a contemporaneidade dos registros dos depósitos bancários, por vezes no próprio nome e, os mais espertalhões em nome de terceiros, assessores ou parentes. É essa gente que o nobre senador João Alberto, presidente do Conselho de Ética do Senado, pode sugerir inocência, quando diz que a palavra dos empresários desonestos é uma palavra de bandidos. Na verdade bandidos, vendilhões de voto ou recebedores de propinas decorrentes do dinheiro público são os que maculam o Congresso e trazem a desesperança ao povo que neles votou e à democracia representativa, que se torna ineficaz para garantir o decoro do Legislativo.

